COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

PROJETO DE LEI Nº 4.101, DE 2008. (Apensado: Projeto de Lei nº 1.022, de 2011).

“Acrescenta art. 9A e altera o art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar o repasse de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do programa Bolsa Família, à divulgação, por esses entes, de informações dos beneficiários na rede mundial de computadores (internet).”

Autor: SENADO FEDERAL

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I – RELATÓRIO

O Projeto em epígrafe estabelece normas de publicidade para o Programa Bolsa Família.

De acordo com a proposta, o repasse aos entes federados para pagamento dos benefícios do Programa fica condicionado à publicação da relação de beneficiários e dos respectivos benefícios na *internet*. A obrigação é imposta a Municípios com mais de cem mil habitantes. No caso dos Municípios com menos de cem mil habitantes, a proposta determina que a divulgação na *internet* seja substituída pela divulgação por meio de outro veículo, mas não especifica qual.

O Projeto apensado, por sua vez, obriga os Municípios a publicar, semestralmente, a listagem contendo o nome e Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos beneficiários do Programa Bolsa Família residentes em seu

território e a divulgá-la em local de ampla visibilidade e fácil acesso. O não atendimento da obrigação, nos termos do Projeto, configura ato de improbidade administrativa.

Finalmente, o apensado deixa expresso que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ao Poder Público o descumprimento da obrigação ou qualquer outra irregularidade em relação ao Programa Bolsa Família.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) manifestou-se pela rejeição do Projeto principal e do apensado.

No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas perante esta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

No âmbito restrito da competência dessa Comissão para analisar o conteúdo da proposta, não vemos óbices para a aprovação da matéria.

De fato, tanto o Projeto principal como o Projeto apensado estabelecem medidas que favorecem a transparência e o controle social da gestão do Programa Bolsa Família por parte da Administração Pública.

Entendemos que as medidas propostas são perfeitamente exequíveis, por parte dos entes beneficiados com o repasse de verbas pela União e não implicam a criação de novas estruturas administrativas e nem o desembolso de recursos expressivos. A maioria dos Municípios conta com páginas na internet e a digitalização de dados para divulgação eletrônica é, hoje, simples e barata.

Por outro lado, pensamos que o Projeto principal falha ao estabelecer que as medidas de transparência que propõe sejam consideradas como condicionante para os repasses de verbas pela União. A obrigação de transparência é da Administração Pública. Em caso de descumprimento e

suspensão do repasse, na forma do Projeto principal, quem acaba sendo apenado é o beneficiário final e não o ente faltoso.

Além disso, o texto do Projeto principal deixou um vazio quanto ao procedimento aplicável aos Municípios com menos de cem mil habitantes.

Por sua vez, o Projeto apensado, peca quanto à técnica legislativa na medida em que opta por regulamentar a publicidade do Programa em uma lei nova, separada da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Bolsa Família.

Embora concordemos com o mérito de ambas as proposições, entendemos que matéria necessita de correções em razão dos equívocos apontados acima. Para promover o aperfeiçoamento que julgamos necessário, entendemos que a melhor forma de fazê-lo é fundir as duas propostas em um único texto.

Em razão do exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.101, de 2008 e do Projeto de Lei nº 1.022, de 2011, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

**SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.101, DE 2013,
E Nº 1.022, DE 2011.**

Altera o art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgação na rede mundial de computadores (*internet*) de informações relativas ao repasse de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do programa Bolsa Família e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º-A. Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ao Poder Público o descumprimento das prescrições estabelecidas por esta Lei, bem como a inclusão irregular de beneficiários no Programa Bolsa Família” (NR)

.....

“Art. 13. Será de acesso público, inclusive por meios eletrônicos, a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o *caput* do art. 1º.

§ 1º Sem prejuízo da divulgação realizada pela União, os entes federativos que receberem repasse de verbas da União, no âmbito do programa de que trata esta Lei, deverão divulgar a relação de beneficiários, valores e respectivos períodos de vigência nas páginas eletrônicas que mantenham na rede mundial de computadores (*internet*).

§ 2º Os Municípios com menos de cem mil habitantes, poderão, alternativamente, cumprir a exigência de publicidade prevista no § 1º deste artigo, por meio da publicação, no mínimo semestral, da relação de beneficiários e de sua divulgação em local de ampla visibilidade, fácil acesso e grande circulação de pessoas.

§ 3º O não atendimento ao disposto nesse artigo configura ato de improbidade administrativa”.(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor em sessenta dias contados da data de sua publicação.

Sala de Comissões, em.....de.....de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

2013_14182